

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E ELEMENTOS	37
1.1 Definição	37
1.2 Constitucionalismo e neoconstitucionalismo	38
1.3 Conceitos de constituição	38
1.4 Estrutura da constituição	39
1.5 Classificação das constituições	39
1.6 Poderes formadores.....	40
2. DA INTERPRETAÇÃO DO TEXTO DA NORMA CONSTITUCIONAL.....	41
2.1 Regras de hermenêutica	41
2.2 Princípios da hermenêutica	42
2.3 Hermenêutica contemporânea.....	43
3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	43
3.1 Formas de inconstitucionalidade	43
3.2 Declaração de inconstitucionalidade	47
3.3 Controle concentrado de constitucionalidade.....	49
3.4 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	54
3.5. Ação direta interventiva.....	55
3.6. Ação declaratória de constitucionalidade.....	55
3.7. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	56
4. CARACTERÍSTICAS DO ESTADO BRASILEIRO.....	60
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	61
5.1 Fundamentos	61
5.2 Objetivos fundamentais.....	61
5.3 Princípios de relações internacionais.....	61
6. DIREITOS FUNDAMENTAIS	62
6.1 Introdução.....	62
6.2 Direitos e garantias individuais e coletivos	64
6.3 Remédios constitucionais	73
7. DIREITOS SOCIAIS	78
7.1 Conceito	78
7.2 Direitos sociais (art. 6º cf)	78

7.3 Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º cf)	78
7.4 Direito de associação sindical (art. 8º cf)	82
7.5 Direito de greve (art. 9º cf)	82
7.6 Representação na unidade (art. 10 E 11 cf)	83
8.DIREITO DE NACIONALIDADE	83
8.1 Conceito	83
8.2 Formas de aquisição da nacionalidade	83
8.3 Português equiparado.....	85
8.4 Proibição genérica de distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	85
8.5 Distinções constitucionalmente permitidas.....	85
8.6 Perda da nacionalidade.....	86
8.7 Idioma e símbolos oficiais da república federativa do Brasil	86
9.DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	87
9.1 Direitos políticos positivos	87
9.2 Possibilidade de reeleição do chefe do executivo	88
9.3 Possibilidade de mudança nos cargos eletivos (desincompatibilização)	88
9.4 Inelegibilidade reflexa.....	88
9.5 Vedação à cassação de direitos políticos.....	88
9.6 Alteração da legislação eleitoral	88
9.7 Partidos políticos.....	89
10.ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	90
10.1 Organização politico-administrativa	90
10.2 Fusão, incorporação e desmembramento	90
10.3 Territórios	91
10.4 Proibições.....	91
11.REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	92
11.1 Competência administrativa	92
11.2 Competência legislativa	92
11.3 Aspectos principais	93
12.REGRAS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	94
13.TRIPARTIÇÃO DE PODERES	100
13.1 Poder executivo	100
13.2 Poder legislativo.....	103
13.3 Poder judiciário	106
14. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	108
14.1 Estado de defesa (art. 136 Cf)	108
14.2 Estado de sítio (art. 137 Cf).....	109

15.PROCESSO LEGISLATIVO	110
15.1 Conceito	110
15.2 Emendas constitucionais (art. 60 Cf)	110
15.3 Lei complementar x lei ordinária	111
15.4 Lei delegada	112
15.5 Medida provisória	112
15.6 Decreto e resolução	114
16.FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	114
16.1 Ministério público	115
16.2 Advocacia pública.....	118
16.3 Defensoria pública	118
16.4 Advocacia privada	119
17.SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	119
17.1 Competência tributária	119
17.2 Titularidade	120
17.3 Competência tributária	120
17.4 Limitações ao poder de tributar	121
18.ORDEM ECONÔMICA, FINANCEIRA E SOCIAL.....	124
18.1 Princípios gerais da atividade financeira.....	124
18.2 Ordem social	125

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	133
1.1 Conceito.....	133
1.2 Entidades da administração pública.....	133
1.3 Administração pública indireta.....	134
1.4 Agências executivas	139
1.5 Relação entre administração pública direta e indireta	139
1.6 Centralização, descentralização e desconcentração.....	140
1.7 Teoria do órgão	140
1.8 Agentes públicos.....	141
1.9 Terceiro setor	141
2.PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	143
2.1 Princípios constitucionais explícitos	143
2.2 Princípios constitucionais implícitos.....	144
3.PODERES ADMINISTRATIVOS	145
3.1 Poderes da administração pública.....	145

4.SERVIÇOS PÚBLICOS	147
4.1 Conceito.....	147
4.2 Características	147
4.3 Atividades públicas.....	147
4.4 Elementos definidores.....	148
4.5 Classificação dos serviços públicos.....	148
4.6 Competências	148
4.7 Princípios dos serviços públicos	149
4.8 Concessão de serviços públicos.....	149
4.9 Características do contrato de concessão	151
4.10 Permissão e autorização de serviços públicos.....	151
4.11 Formas de extinção do contrato de concessão	152
5.ATOS ADMINISTRATIVOS	152
5.1 Conceito.....	152
5.2 Elementos.....	153
5.3 Classificação dos atos administrativos	153
5.4 Espécies de atos administrativos	153
5.5 Teoria dos motivos determinantes.....	154
5.6 Atributos dos atos administrativos.....	155
5.7 Extinção do ato administrativo.....	155
5.8 Convalidação de ato administrativo	156
5.9 Teoria do funcionário de fato.....	157
6.CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	158
6.1 Conceito de contratos	158
6.2 Classificação dos contratos da administração.....	158
6.3 Contratos administrativos	159
6.4 Normas que regem contratos administrativos.....	159
6.5 Características do contrato administrativo	159
6.6 Espécies dos contratos administrativos	160
7.BENS PÚBLICOS	160
7.1 Conceito.....	160
7.2 Classificação.....	161
7.3 Afetação x desafetação	161
7.4 Prerrogativas	161
7.5 Uso de bens públicos.....	162
7.6 Bens em espécie	162
8.REGIME JURÍDICO ÚNICO.....	164
8.1 Regime jurídico único	164
8.2 Formas de provimento de cargo público.....	165
8.3 Formas de vacância de cargo público.....	168
8.4 Formas de deslocamento de cargo público.....	169
8.5 Sistema remuneratório.....	170
8.6 Licenças.....	173
8.7 Concessões	174

8.8 Responsabilidade do servidor	174
8.9 Penalidades.....	176
8.10 Processo administrativo disciplinar genérico	178
9.LICITAÇÃO	179
9.1 Conceito.....	179
9.2 Princípios explícitos da licitação	180
9.3 Princípios implícitos da licitação	181
9.4 Modalidades de licitação	181
9.5 Dispensa e inexigibilidade	182
10.PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL (LEI 9.784/99)	187
10.1 Abrangência da lei	187
10.2 Princípios	188
10.3 Direitos e deveres.....	190
10.4 Vedação de delegação	191
10.5 Forma, tempo e lugar dos processos	191
10.6 Início do processo administrativo.....	192
10.7 Proibição de recusa imotivada	192
10.8 Intimação.....	192
10.9 Suspeição no processo administrativo	193
10.10 Decisão processual	193
10.11 Recurso administrativo e revisão do processo	193
11.IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/92)	194
11.1 Conceitos	194
11.2 Dos atos de improbidade administrativa	196
11.3 Das penas.....	199
11.4 Da declaração de bens.....	200
11.5 Procedimento administrativo e processo judicial	201
11.6 Das disposições penais	203
11.7 Da prescrição	203

1. INTRODUÇÃO – SISTEMÁTICA DO CÓDIGO	207
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PRIVADO	207
2.1 Breves noções gerais de princípios	207
2.2 Princípio da dignidade da pessoa humana	208
2.3 Princípio da autonomia	208
2.4 Princípio da boa-fé	209
2.5 Princípio da função social.....	210
2.6 Princípios norteadores do Código Civil	211

3. RELAÇÃO JURÍDICA	212
3.1 Direito subjetivo.....	212
3.2 Direito objetivo.....	213
3.3 Elementos da relação jurídica.....	213
4. PESSOAS E DIREITOS DE PERSONALIDADE	213
4.1 Premissas básicas.....	213
4.2 Personalidade e capacidade.....	214
4.3 Cessação da incapacidade.....	215
4.4 Começo da personalidade natural.....	216
4.5 Extinção da personalidade natural.....	216
4.6 Direitos da personalidade.....	217
4.7 Ausência.....	222
4.8 Pessoa jurídica.....	223
5. TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS: (ARTS. 104 A 188, CÓDIGO CIVIL)	228
5.1 Suporte fático.....	228
5.2 Fato jurídico.....	229
5.3 Ato jurídico (art. 185, CC.).....	229
5.4 Ato-fato jurídico.....	230
5.5 Atos jurídicos <i>lato sensu</i>	230
5.6 Ato jurídico.....	230
5.7 Negócio jurídico.....	231
5.8 Fatos jurídicos em geral.....	232
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	238
6.1 Distinção.....	238
6.2 Prescrição.....	239
6.3 Decadência.....	241
6.4 Quadro comparativo.....	242
7. OBRIGAÇÕES	243
7.1 Influência de um princípio geral no direito das obrigações.....	243
7.2 Conceito.....	243
7.3 Elementos.....	244
7.4 Fontes das obrigações.....	244
7.5 Classificação das obrigações.....	247
7.6 Transmissão das obrigações.....	248
7.7 Cessão de contrato.....	249
7.8 Teoria do pagamento.....	249
7.9 Da cláusula penal.....	252
7.10 Modos de extinção das obrigações.....	255
7.11 Do inadimplemento da obrigação contratual.....	260
8. DA RESPONSABILIDADE CIVIL	261
8.1 Introdução.....	261
8.2 Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.....	262

8.3 Pressupostos da responsabilidade civil.....	264
8.4 Dolo e culpa, distinção	249
8.5 Atividade de risco.....	273
8.6 Sistema de responsabilidade civil nas relações de consumo.....	274
9. CONTRATOS - TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	277
9.1 Noção de contrato	277
9.2 Elementos característicos	277
9.3 Princípios norteadores dos contratos	278
9.4 Formação do contrato.....	279
9.5 Extinção dos contratos.....	282
9.6 Dos vícios redibitórios.....	285
9.7 Evicção	288
9.8 Contrato de compra e venda	291
9.9 Contrato de locação - lei nº 8.245/91	297
9.10 Da fiança.....	306
9.11 Contrato de seguro	310
9.12 Do Contrato de mandato	314
10. DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO (Comodato e Mútuo)	320
10.1 Do contrato de comodato	320
10.2 Contrato de mútuo	323
11. DIREITOS REAIS.....	326
11.1 Da conceituação	326
11.2 Dos direitos reais <i>versus</i> os direitos obrigacionais	326
11.3 Das obrigações <i>propter rem</i>	326
11.4 Dos caracteres dos direitos reais e dos direitos reais em espécie	327
11.5 Da classificação.....	327
11.6 Da posse	328
11.7 Do direito real de propriedade	331
11.8 Do direito real de superfície	336
11.9 Direito real das servidões	336
11.10 Direito real de usufruto	337
11.11 Do direito real de uso	338
11.12 Do direito real de habitação	339
11.13 Do direito real do promitente comprador do imóvel.....	339
11.14 Do direito real de penhor	339
11.15 Do direito real de hipoteca.....	341
11.16 Do direito real de anticrese	342
11.17 Da concessão de uso especial para fins de moradia e da concessão de direito real de uso	343
11.18 Do direito real de laje	344

12. DIREITO DE FAMÍLIA	345
12.1 Do direito de família após a constituição federal de 1988.....	345
12.2 Casamento.....	346
13. ESPÉCIES DE CASAMENTO	351
13.1 Casamento por procuração (arts. 1.535 E 1.542 do Código Civil)	351
13.2 Casamento em caso de iminente risco de vida e nuncupativo (<i>in extremis</i>) (arts. 1.540 E 1.541 do Código Civil)	352
13.3 Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.516 E 1.532 do Código Civil)	352
14.DIREITOS E DEVERES CONJUGAIS.....	353
14.1 Eficácia do casamento	353
15.DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	353
16.DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	356
16.1 Da filiação	357
16.2 Reconhecimento de filhos	357
17.PODER FAMILIAR	360
17.1 Conceito e atribuições	360
17.2 Da extinção e da suspensão do poder familiar.....	361
17.3 Proteção dos filhos: guarda e convivência familiar	362
17.4 Alienação parental.....	364
18.REGIME DE BENS DO CASAMENTO	365
18.1. Características gerais	365
18.2 Administração e disponibilidade dos bens	366
18.3 Pacto antenupcial	367
18.4 Regime da comunhão parcial de bens.....	367
18.5 Regime da comunhão universal de bens	369
18.6 Regime de participação final nos aquestos	369
18.7 Regime da separação convencional de bens.....	370
18.8 Regime da separação legal de bens.....	370
18.9 Regime patrimonial primário.....	371
19.ALIMENTOS	372
19.1 Conceito.....	372
19.2 Características	372
19.3 Espécies	375
19.4 Fixação	380
19.5 Revisão.....	381
19.6 Competência.....	381

20.UNIÃO ESTÁVEL	382
20.1 Características gerais	382
20.2 Características	383
20.3 Requisitos	383
20.4 Impedimentos.....	386
20.5 Termo inicial	387
20.6 Direitos e deveres	387
21.TUTELA	388
21.1 Espécies de tutela	388
21.2 Exercício da tutela	389
22.CURATELA	390
23.DIREITO DAS SUCESSÕES	391
23.1 Princípio da Saisine.....	391
23.2 Espécies de sucessão	392
23.3 Sucessão por direito próprio e sucessão por representação	393
23.4. Da herança e de sua administração.....	394
23.5 Da vocação hereditária.....	396
23.6 Dos excluídos da sucessão.....	397
23.7 Da herança jacente e da herança vacante.....	398
23.8 Da petição da herança.....	398
23.9 Da sucessão legítima	399
24.SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	402
24.1 Do testamento em geral	402
24.2 Da capacidade de testar	403
24.3 Das formas ordinárias.....	403
24.4 Formas especiais.....	406
24.5 Das disposições testamentárias.....	407
24.6 Dos legados.....	408
24.7 Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	409
24.8 Das substituições	409
25.DOS CODICILOS	411
25.1 Da deserdação	411
25.2 Da redução das disposições testamentárias.....	411
25.3 Da revogação do testamento	412
25.4 Do rompimento do testamento	413
25.5 Do testamenteiro.....	413

1. NORMAS FUNDAMENTAIS	417
1.1 Normas fundamentais do processo civil - art. 1º ao 12 cpc.....	417
1.2 Interpretação conforme a constituição	417
1.3 Inércia da jurisdição – princípio dispositivo em sentido material.....	417
1.4 Inafastabilidade da jurisdição e promoção da autocomposição.....	418
1.5 Razoável duração do processo e primazia do mérito	419
1.6 Boa-fé processual.....	419
1.7 Cooperação – modelo cooperativo do processo	419
1.8 Paridade de tratamento - efetividade do contraditório	422
1.9 Fins sociais e bem comum – dignidade da pessoa humana.....	422
1.10 Contraditório.....	422
1.11 Proibição da decisão surpresa	424
1.12 Publicidade dos atos processuais – dever de fundamentação	424
1.13 ‘Fila dos julgamentos’	424
2. DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO	425
2.1. Características	426
2.2 A ação.....	428
3.SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL	428
3.1 O juiz: poderes, deveres e responsabilidades.....	428
3.2 Partes	430
4.MINISTÉRIO PÚBLICO.....	441
5.COMPETÊNCIA.....	443
5.1 Conceito	443
5.2 Fixação da competência.....	443
5.3 Classificação das regras de competência.....	443
5.4 <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	448
5.5 Competência absoluta e relativa	448
5.6 Modificação de competência.....	449
6.ATOS PROCESSUAIS	452
6.1 Tempo	452
6.2 Lugar dos atos processuais	455
6.3 Comunicação dos atos processuais.....	455
6.4 Vícios e invalidades processuais	459
7.FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	461
7.1 Formação do processo	461
7.2 Suspensão do processo.....	462
7.3 Extinção do processo	464

8.PROCEDIMENTO COMUM	465
8.1 Petição inicial	465
8.2 Improcedência prima facie (julgamento liminar de improcedência).....	474
8.3 Respostas do réu.....	475
8.4 Fase de saneamento (ou de ordenamento do processo)	480
8.5 Saneamento e organização do processo	480
8.6 Audiência de instrução e julgamento.....	481
9.SENTENÇA E COISA JULGADA	481
9.1 As decisões judiciais	481
9.2 Ônus da sucumbência	482
9.3 Coisa julgada	484
10.RECURSOS	487
10.1 Princípios gerais em matéria de recursos	488
10.2 Requisitos de admissibilidade	490
10.3 Efeitos dos recursos	491
10.4 Embargos de declaração	493
10.5 Agravo de instrumento	495
10.6 Apelação.....	497
10.7 Agravo interno	498
10.8 Recurso especial e recurso extraordinário.....	499
11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO NOVO CPC	506
11.1 Ações possessórias.....	506
11.2 Ação monitória.....	512
11.3 Ação de exigir contas	515
11.4 Ação de dissolução parcial da sociedade.....	516
11.5 Ação de oposição	517
11.6 Ações de família	517
11.7 Ação de regulação de avaria grossa	517
11.8 Ação de usucapião como procedimento comum no Novo CPC.....	518
12.TUTELA PROVISÓRIA	519
12.1 Tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipada: disposições gerais	519
12.2 Tutela de urgência antecipada.....	523
12.3 Tutela de urgência cautelar	526
12.4 Tutela de evidência	540

1. TEORIA DA NORMA PENAL.....	549
1.1 Fontes do Direito Penal.....	549
1.2 Norma Penal e Lei Penal	551
1.3 Analogia	553
1.4 Princípio da Reserva Legal.....	554
1.5 Eficácia da Lei Penal	555
1.6 O conflito aparente de normas	561
1.7 Princípios modernos acolhidos pelo Direito Penal	563
2. TEORIA GERAL DO CRIME.....	569
2.1 Conceitos.....	569
2.2 Delito versus crime versus contravenção	570
2.3 Sujeitos do crime.....	570
2.4 Classificação dos crimes.....	570
2.5 Fato típico	572
3. ILICITUDE (ANTI JURICIDADE).....	583
3.1 Conceito	583
3.2 Teoria do caráter indiciário da ilicitude. Injusto penal	584
3.3 Causas excludentes Da ilicitude	584
4. CULPABILIDADE	588
4.1 Conceito	588
4.2 Fundamentos	589
4.3 Elementos da culpabilidade	589
5. CONCURSO DE PESSOAS.....	592
5.1 Teorias sobre a natureza jurídica do concurso de pessoas.....	592
5.2 Requisitos.....	593
5.3 Autoria e participação.....	593
5.4 Concurso de pessoas em crimes culposos	595
5.5 Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	595
5.6 Comunicabilidade das circunstâncias	596
6. PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	596
6.1 Teorias da pena.....	597
6.2 Pena privativa de liberdade	598
6.3 Pena de multa	598
6.4 Penas restritivas de direitos.....	600
6.5 Medidas de segurança	600
7. APLICAÇÃO DA PENA.....	603
7.1 Elementares e circunstâncias do delito	603

7.2 Aplicação da pena privativa de liberdade	603
7.3 Aplicação da pena de multa	609
7.4 Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	610
7.5 Substituição da pena privativa de liberdade.....	611
7.6 Suspensão condicional da pena privativa de liberdade (Sursis)	613
8. CONCURSO DE CRIMES.....	615
8.1 Sistemas de aplicação da pena	616
8.2 Espécies de concurso de crimes.....	616
9. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	619
9.1 Efeitos secundários penais.....	620
9.2 Efeitos secundários extrapenais	620
9.3 Reabilitação.....	621
10. PUNIBILIDADE E CAUSAS EXTINTIVAS.....	622
10.1 Conceito	622
10.2 Causas de extinção da punibilidade	622
10.3 Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	625
10.4 Escusas absolutórias	625
11. PRESCRIÇÃO.....	626
11.1 Prescrição da pretensão punitiva abstrata	627
11.2 Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	629
11.3 Prescrição penal antecipada (projetada, virtual ou antevista)	629
11.4 prescrição da pretensão punitiva intercorrente (superveniente ou subsequente)	630
11.5 Prescrição da pretensão executória.....	630
11.6 Prescrição da pena de multa.....	631
11.7 Prescrição das penas restritivas de direitos.....	632
11.8 Prescrição na lei de imprensa	632
12. EXECUÇÃO PENAL.....	633
12.1 Natureza jurídica da execução penal	633
12.2 Princípios da execução penal	633
12.3 Institutos da execução penal	634
13. CRIMES EM ESPÉCIE.....	640
13.1 Dos crimes contra a pessoa.....	640
13.2 Dos crimes contra o patrimônio	650
13.3 Dos crimes contra a propriedade imaterial	659
13.4 Dos crimes contra a organização do trabalho.....	660
13.5 Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.....	661
13.6 Dos crimes contra a dignidade sexual.....	661
13.7 Dos crimes contra a família.....	665
13.8 Dos crimes contra a incolumidade pública	666

13.9 Dos crimes contra a paz pública.....	670
13.10 Dos crimes contra a fé pública.....	670
13.11 Dos crimes contra a administração pública	674

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	687
1.1 Lei processual no espaço – princípio da territorialidade	687
1.2 Lei processual no tempo – tempus regit actum ou princípio do efeito imediato	687
2. INQUÉRITO POLICIAL (I.P.)	688
2.1 Conceito / natureza jurídica / presidência / finalidade	688
2.2 Inquéritos extrapoliciais	688
2.3 Competência x atribuição	689
2.4 Características do inquérito policial.....	689
2.5 <i>Notitia criminis</i>	691
2.6 Iniciativa e instauração do inquérito policial	691
2.7 Peças inaugurais do inquérito policial	692
2.8 Diligências do inquérito policial	692
2.9 Valor dos elementos colhidos no inquérito policial.....	693
2.10 Vícios do inquérito policial.....	693
2.11 Encerramento do inquérito policial	693
2.12 Arquivamento do inquérito policial	694
2.13 Investigação posterior ao encerramento do inquérito policial	695
3. AÇÃO PENAL	695
3.1 Conceito	695
3.2 Fundamento constitucional	696
3.3 Características	696
3.4 Natureza jurídica.....	696
3.5 Espécies de ação penal	696
3.6 Princípios informadores da ação penal.....	696
3.7 Titulares e peças iniciais.....	697
3.8 Condições da ação	697
3.9 Pressupostos processuais	698
3.10 Ação penal pública	698
3.11 Ação penal privada	700
3.12 Denúncia e queixa-crime	703
4. AÇÃO CIVIL.....	704
4.1 Obrigação de indenizar	704
4.2 Responsabilidade civil	704
4.3 Reflexos penais	704
4.4 Natureza jurídica da sentença penal condenatória definitiva e a independência das instâncias	704

4.5 Situações que impedem a instauração da ação civil.....	705
4.6 Causas que não impedem a instauração da ação civil.....	706
4.7 Alternativas da vítima	706
4.8 Legitimados	706
4.9 Ação de execução da sentença penal condenatória (ação de execução ex delicto).....	707
4.10 Objeto de indenização	707
4.11 Ação civil autônoma ex delicto (ação ordinária de indenização).....	707
5. JURISDIÇÃO	708
5.1 Princípios.....	708
6. COMPETÊNCIA	709
6.1 Espécies de competência	709
6.2 Competência em razão do lugar da infração	709
6.3 Competência pelo domicílio ou residência do réu	711
6.4 Competência pela natureza da infração (em razão da matéria).....	711
6.5 Competência por distribuição e prevenção	715
6.6 Competência por conexão ou continência	715
6.7 Competência pela prerrogativa de função	716
6.8 Competência absoluta e relativa	718
7. SUJEITOS PROCESSUAIS	720
7.1 Juiz.....	721
7.2 Ministério público	722
7.3 Querelante	722
7.4 Acusado.....	722
7.5 Curador	723
7.6 Defensor	723
7.7 Assistente de acusação	724
7.8 Auxiliares da justiça	724
8. ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS	725
8.1 Citação	725
8.2 Intimação e notificação.....	727
8.3 Prazos.....	727
9. VÍCIOS PROCESSUAIS	728
9.1 Espécies de atos jurídicos viciados (classificação)	728
9.2 Princípios das nulidades	729
9.3 Nulidades em espécie	729
10. TEORIA GERAL DA PROVA	731
10.1 Finalidade ou objeto da prova	731
10.2 Classificação das provas	732
10.3 Ônus da prova	733
10.4 Poderes instrutórios do juiz	733
10.5 Produção antecipada de provas.....	733
10.6 Prova emprestada	733
10.7 Provas ilícitas.....	734
10.8 Sistemas de apreciação das provas.....	735
10.9 Provas em espécie.....	736

11 PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	748
11.1. Medidas cautelares	748
11.2 Prisão.....	750
11.3 Prisão preventiva	758
11.4 Prisão temporária – lei n.º 7.960/89.....	760
11.5 Prisão domiciliar.....	762
11.6 Liberdade provisória	762
12. PROCEDIMENTOS	767
12.1 Procedimento ordinário	767
12.2 Rito sumário	770
12.3 Procedimento comum sumaríssimo (lei 9.099/95).....	771
12.4 Procedimento do júri	773
13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	776
13.1 Crime de responsabilidade dos funcionários públicos.....	776
13.2 Lei de drogas (lei 11.343/06).....	776
13.3 Crimes contra a honra.....	777
13.4 Crimes contra a propriedade imaterial	779
14. SENTENÇA PENAL.....	779
14.1 Requisitos da sentença	780
14.2 Efeitos da sentença	780
14.3 Princípio da correlação.....	780
14.4 <i>Emendatio libelli</i>	780
14.5 <i>Mutatio libelli</i>	781
15. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	782
15.1 Conceito	782
15.2 Pressupostos recursais.....	782
15.3 Efeitos dos recursos	784
15.4 Princípios recursais	785
15.5 Recursos criminais em espécie	786
16. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	798
16.1 <i>Habeas corpus</i>	798
16.2 Mandado de segurança	800
16.3 Revisão criminal	802
17. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	804
17.1 Conceito	804
17.2 Questões prejudiciais.....	804
17.3 Exceções.....	806
17.4 Incompatibilidades e impedimentos.....	810
18. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	811
18.1 Previsão constitucional	811
18.2 Competência do jecrim	811

18.3 Hipóteses de afastamento da competência do Jecrim	812
18.4 Princípios (critérios) orientadores do Jecrim	812
18.5 Objetivos do Jecrim (art. 62)	812
18.6 Institutos despenalizadores ou medidas decarcerizadoras.....	813
18.7 Fase preliminar (arts. 69 A 76)	815
18.8 Procedimento sumaríssimo - fase instrutória e decisória (arts. 77 A 81).....	816
18.9 Atos processuais (arts. 63 A 68)	817
18.10 Sistema recursal do Jecrims	818

DIREITO DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, DIVISÃO, NATUREZA, FUNÇÕES. FUNDAMENTOS E FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO. TENDÊNCIAS ATUAIS DO DIREITO DO TRABALHO. FLEXIBILIZAÇÃO.

DESREGULAMENTAÇÃO **821**

1.1 Direito do trabalho: conceito, características, divisão, natureza, funções	821
1.2 Fundamentos e formação histórica do direito do trabalho. Tendências atuais do direito do trabalho. Flexibilização. Desregulamentação	822

2. FONTES FORMAIS DO DIREITO DO TRABALHO. CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E HIERARQUIA. CONFLITOS E SUAS SOLUÇÕES. HERMENÊUTICA: INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO. MÉTODOS BÁSICOS DE EXEGESE. EFICÁCIA DAS NORMAS TRABALHISTAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

824

2.1 Fontes do direito do trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. Conflitos e suas soluções	824
2.2 Conflitos e suas soluções. Interação entre as Fontes de direito do trabalho	826
2.3 Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho. Métodos básicos de exegese.....	827
2.4 Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no Espaço	828
2.5 A interpretação do direito do trabalho mediante a reforma trabalhista	829

3. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

829

3.1 Princípios de direito do trabalho	829
3.2 Os princípios fundamentais de direito do trabalho	830

4. RELAÇÃO DE EMPREGO

832

4.1 Relações de trabalho.....	832
4.2 Natureza jurídica da relação de emprego.....	833
4.3 Trabalhador avulso.....	835
4.4 Trabalhador autônomo	835
4.5 Trabalho economicamente desinteressado. Trabalho voluntário	837
4.6 Trabalhador eventual.....	837
4.7 Trabalhador intermitente	837

5. EMPREGADO: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO. EMPREGADO DOMÉSTICO. EMPREGADO RURAL. ALTOS EMPREGADOS: TRABALHADORES INTELECTUAIS, EXERCENTES DE CARGOS DE CONFIANÇA. OS DIRETORES E OS SÓCIOS. MÃE SOCIAL. ÍNDIOS. APRENDIZ. EMPREGADO DOMÉSTICO	840
5.1 Empregado: conceito, caracterização	840
5.2 Trabalho rural.....	841
5.3 Trabalho doméstico	842
5.4 Altos empregados: trabalhadores intelectuais, exercentes de cargos de confiança. Os diretores e os sócios.....	847
5.5 Mãe social	848
5.6 Índios.....	849
5.7 Teletrabalho	850
6.EMPREGADOR: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO	851
6.1 A despersonalização (ou impessoalização) do empregador. Situações de responsabilização empresarial. Grupo econômico para fins trabalhistas	852
7. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	854
7.1. Relação de emprego e contrato de trabalho	854
7.2 Características do contrato individual de trabalho.....	854
7.3 Obrigações principais do contrato individual de trabalho.....	855
7.4 Obrigações acessórias do contrato individual de trabalho.....	855
7.5 Obrigações especiais ou complementares.....	856
7.6 Nulidade. Elementos essenciais do contrato individual de trabalho.....	857
7.7 Contratos a prazo determinado.....	858
8. NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	861
8.1 Isonomia e proteções específicas	861
8.2 Jornada de trabalho	862
8.3 Medicina e segurança no trabalho feminino	862
8.4 Proteção à maternidade	862
9. TRABALHO DO ADOLESCENTE	864
9.1 Considerações iniciais	864
9.2 A formação do contrato de trabalho e a proteção do adolescente.....	864
9.3 Restrições ao trabalho do menor de 18 anos	864
9.4 Duração do trabalho	865
9.5 Remuneração	866
9.6 Contrato de aprendizagem	866
10. DURAÇÃO DO TRABALHO	868
10.1 Conceitos.....	868
10.2 Duração do trabalho ordinária no Brasil.....	868
10.3 Profissões com regulamentação especial	869
10.4 Jornada suplementar /extraordinária	869
10.5 Jornada compensatória.....	870
10.6 Jornada a tempo parcial.....	872
10.7 Jornada noturna.....	872

10.8	Turnos ininterruptos de revezamento	873
10.9	Regime de sobreaviso	873
10.10	Jornada <i>in itinere</i>	874
10.11	Duração do trabalho. Exceções ao regime legal. Empregados excluídos do direito às horas extras.....	875
11.	INTERMITÊNCIAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: REPOUSOS E INTERVALOS.....	877
11.1	Considerações iniciais	877
11.2	Intermitências voluntárias	878
11.3	Intermitências compulsórias.....	878
11.4	Repouso semanal remunerado e feriados	879
12.	FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS	879
12.1	Aquisição e concessão.....	879
12.2	Duração das férias.....	880
12.3	Remuneração do período de férias.....	881
12.4	Férias coletivas.....	882
13.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	882
13.1	Conceitos: remuneração e salário.....	882
13.2	Caracteres e classificação do salário.....	883
13.3	Modalidades de salário. Salário básico. Aumentos e reajustamentos	883
13.4	Modo de aferição do salário	884
13.5	Formas e meios de pagamento do salário	884
13.6	Proteção ao salário	886
13.7	Proteção do salário em face dos credores do empregado	888
13.8	Proteção do salário em face dos credores do empregador	888
13.9	Formas especiais de salário, gorjeta e outras contraprestações ao trabalho.....	888
13.10	Percepções sem natureza remuneratória.....	892
13.11	Equiparação salarial	893
14.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	895
14.1	Considerações iniciais	895
14.2	Classificação das discontinuidades	895
14.3	Efeitos da suspensão, interrupção e hipóteses híbridas de descontinuidade	896
14.4	Diferenças entre extinção, suspensão, interrupção e hipóteses híbridas de descontinuidade contratual.....	896
14.5	Suspensão do contrato individual de emprego	897
14.6	Interrupção do contrato individual de emprego	899
14.7	Hipóteses híbridas (situações especiais).....	902
15.	EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	905
15.1	Considerações iniciais	905
15.2	Modalidades de extinção contratual	905
15.3	Extinção dos contratos a prazo determinado	915

15.4 Quitação anual	919
15.5 Arbitragem	919
16. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	919
16.1 Considerações iniciais	919
16.2 Estabilidade no emprego	920
17. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS.....	925
17.1 Considerações iniciais	925
17.2 Administração do fundo.....	926
17.3 Recolhimento e fiscalização	926
17.4 Levantamento dos depósitos	926
18. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	928
18.1 Noções gerais	928
18.2 A prescrição no direito do trabalho	929
18.3 Decadência no direito do trabalho	932
19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	933
19.1 Noções gerais	933
19.2 Obrigações gerais.....	935
19.3 Fiscalização.....	935
19.4 Serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.....	936
19.5 Comissão interna de prevenção de acidentes	937
19.6 Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO)	938
19.7 Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA)	938
19.8 Equipamentos de proteção individual (EPI).....	939
19.9 Edificações.....	939
19.10 Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.....	940
19.11 Insalubridade	940
19.12 Periculosidade.....	941
19.13 Outras regras.....	943
20. DANO EXTRAPATRIMONIAL	943
20.1 Noções gerais	943
20.2 Critérios de quantificação da indenização	945
21. CONCEITO E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	945
21.1 Princípios do direito coletivo do trabalho.....	947
21.2 Organização sindical brasileira.....	950
21.3 Fontes de custeio das entidades sindicais	959
21.4 Garantias sindicais	960
21.5 Conflitos coletivos de trabalho	961
21.6 Direito de greve.....	963
21.7 Negociação coletiva	966
21.8 O poder normativo da justiça do trabalho.....	973

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DA JUSTIÇA DO TRABALHO	977
2. DAS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (CCP)	990
3. LEGITIMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	992
4. AÇÃO TRABALHISTA / RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	1006
5. DA FASE POSTULATÓRIA	1009
6. DA FASE CONTESTATÓRIA	1014
7. DA FASE PROBATÓRIA OU INSTRUTÓRIA	1017
8. DA FASE DECISÓRIA	1022
9. DOS RECURSOS	1023
9.1. Dos embargos de declaração	1026
9.2. Do recurso ordinário	1028
9.3. Do recurso de revista	1034
9.4. Do recurso de embargos	1039
9.4. Do recurso de agravo	1042
9.5. Do recurso extraordinário.....	1049
10.DA EXECUÇÃO TRABALHISTA	1052
10.1. Fontes normativas.....	1052
10.2. Natureza jurídica	1052
10.3. Breve conceituação	1053
10.4. Objeto da execução	1054
10.5. Modalidades da execução.....	1055
10.6. As partes na execução.....	1056
10.7. Fases da execução.....	1057
11. DA FASE LIQUIDATÓRIA	1057
12. DA PENHORA (ATOS DE CONSTRIÇÃO)	1061
13. EXPROPRIAÇÃO (ATOS DE ALIENAÇÃO).....	1064
14. CONCURSO DE CREDORES	1064
15. DA SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	1065
16. EXECUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1066

17. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1067
18. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	1068
19. DOS ATOS, TERMOS, PRAZOS E DAS NULIDADES	1069
20. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO E PAGAMENTO.....	1072
21. DISSÍDIOS COLETIVOS E AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	1073
22. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	1076
23. PROCEDIMENTOS CAUTELARES	1077
24. AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAIS DO TRABALHO	1078

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	1083
1.1 Estrutura	1083
1.2 Fontes.....	1083
1.3 Evolução histórica	1086
2. PRINCÍPIOS E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA.....	1086
2.1 Princípio da legalidade	1086
2.2 Princípio da anterioridade	1089
2.3 Princípio da isonomia.....	1090
2.4 Princípio da irretroatividade	1091
2.5 Princípio da capacidade contributiva.....	1091
2.6 Princípio da vedação do confisco.....	1091
2.7 Princípio da liberdade de tráfego.....	1092
2.8 Outras limitações ao poder de tributar	1092
3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DE TRIBUTO	1093
3.1 Impostos.....	1094
3.2 Taxas	1095
3.3 Empréstimos compulsórios.....	1096
3.4 Contribuições de melhoria.....	1096
3.5 Das Contribuições especiais.....	1097
4. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA	1097
5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA.....	1099
5.1 Métodos de interpretação	1099
5.2 Métodos de integração.....	1100

6. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS + IMUNIDADES	1101
6.1 Imunidades.....	1101
6.2 Outras limitações ao poder de tributar	1104
6.3 Competência tributária	1105
7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E SEUS SUJEITOS	1107
7.1 Fato gerador.....	1108
7.2 Classificações do fato gerador	1108
7.3 Norma antielisão.....	1108
7.4 Do sujeito ativo da obrigação tributária	1109
7.5 Condição suspensiva e resolutória.....	1109
7.6 Atividades ilícitas.....	1110
7.7 Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	1110
7.8 Sujeito passivo da obrigação tributária acessória.....	1110
7.9 Das convenções particulares e os efeitos tributários	1111
7.10 Da solidariedade no direito tributário	1111
7.11 Da capacidade tributária passiva	1111
7.12 Domicílio tributário	1112
7.13 Responsabilidade tributária	1112
8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1117
8.1 Constituição do crédito e lançamento tributário.....	1117
8.2 Modalidades de lançamento.....	1118
8.3 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	1119
8.4 Extinção do crédito tributário	1121
8.5 Exclusão do crédito tributário.....	1124
9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	1125
9.1 Fiscalização.....	1125
9.2 Certidões administrativas	1126
10. INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1127
11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO FEDERAL.....	1128
11.1 Estrutura do processo administrativo federal	1128
12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	1129
12.1 Execução fiscal	1130
12.2 Ação cautelar fiscal	1131
12.3 Ações de iniciativa do contribuinte.....	1131
13. IMPOSTOS EM ESPÉCIE.....	1133
13.1 Impostos federais.....	1133
13.2 Impostos estaduais	1136
13.3 Impostos municipais	1139

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	1143
1.1 Origens e evolução histórica.....	1143
1.2 Conceito e objeto.....	1144
1.3 Fontes.....	1144
1.4 Tratados	1146
2. PERSONALIDADE INTERNACIONAL	1147
2.1 Capacidade de ação	1147
2.2 Classificação das pessoas internacionais	1148
2.3 Estados e organizações	1148
3. DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS DOS ESTADOS	1152
3.1 Intervenções, justificativas	1153
3.2 Responsabilidade por danos	1153
4. NACIONALIDADE	1154
4.1 Imigração	1154
4.2 Nacionalidade brasileira.....	1155
4.3 Condição jurídica dos estrangeiros	1157
4.4 Deportação, expulsão, extradição, asilo	1158
5. O HOMEM NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO PENAL INTERNACIONAL	1161
5.1 Crimes contra a humanidade	1161
5.2 Proteção dos direitos humanos, acordos e mecanismos	1162
5.3 Proteção do meio ambiente em nível internacional.	1165
6. SOLUÇÃO DE CONFLITOS - LITÍGIOS INTERNACIONAIS	1166
6.1 Arbitragem Internacional	1166
6.2 Corte internacional de justiça	1167
6.3 Sanções	1167
7. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL MARÍTIMO - CONCEITOS FUNDAMENTAIS	1168
7.1 Mar, águas interiores, mar territorial, zona contígua e zona econômica.....	1168
7.2 Plataforma continental	1171
7.3 Alto-mar	1171
7.4 Rios internacionais.....	1171
8. DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO	1171
8.1 Princípios do comércio internacional, GATT e a OMC	1171
8.2 Solução de litígios econômicos	1173
8.3 Dupla tributação	1174

9. OS GRANDES PACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS	1174
9.1 Integração econômica internacional.....	1174
9.2 MERCOSUL	1175
9.3 União Européia.....	1176
9.4 NAFTA	1176
9.5 ALCA.	1176
10. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	1177
10.1 Conceito e objeto.....	1177
10.2 Origens e evolução histórica.....	1178
10.3 Fontes	1178
11. CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	1179
11.1 Noções	1179
11.2 Elementos de estraneidade	1179
11.3 Elementos de conexão.....	1179
11.4 Relação típica e atípica	1181
11.5 Carta rogatória e homologação de sentença estrangeira.....	1181
11.6 Teoria das qualificações	1182
12. PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL	1183
12.1 Aplicação da lei estrangeira	1183
12.2 Limites da jurisdição nacional	1183

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS	1187
1.1 Introdução: Visão geral sobre o Código de Defesa do Consumidor	1187
1.2 Natureza jurídica das normas do CDC:.....	1187
1.3 Âmbito de aplicação do CDC: a relação jurídica de consumo.....	1188
1.4 Conceito de consumidor	1188
1.5 Conceito de Fornecedor.....	1190
1.6 Conceito de Produto e de Serviço.....	1190
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR.....	1191
2.1 Princípios.....	1191
2.2 Direitos básicos	1194
3. A RESPONSABILIDADE PELO FATO E PELO VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO	1197
3.1 O regime jurídico da responsabilidade pelo fato do produto ou pelo acidente de consumo.....	1198
3.2 Regime jurídico da responsabilidade por vícios de qualidade ou quantidade do produto e do serviço.....	1205
3.3 Garantia contratual.....	1209
3.4 Desconsideração da pessoa jurídica	1210

4. PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1211
4.1 A oferta	1212
4.2 A publicidade.....	1213
4.3 Práticas comerciais abusivas.....	1215
4.4 Cobrança de dívidas	1217
4.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores.....	1217
5. PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR	1218
5.1 Fase pré-contratual	1218
5.2 Deveres do fornecedor para a formação do contrato	1219
5.3 Regras interpretativas.....	1220
5.4 Direito de arrependimento do Consumidor	1220
5.5 Cláusulas abusivas.....	1221
5.6 Contratos de adesão	1224
6. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1224
6.1 A Defesa Coletiva do Consumidor.....	1225

DIREITO AMBIENTAL

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1233
2. PRINCÍPIOS AMBIENTAIS.....	1233
2.1 Princípio do desenvolvimento sustentável	1233
2.2 Princípio da Precaução.....	1234
2.3 Princípio da Prevenção.....	1234
2.4 Princípio do Poluidor-Pagador (PPP).....	1234
2.5 Princípio da Participação Comunitária	1235
2.6 Princípio da Integração	1235
2.7 Princípio da Função Sócio – Ambiental da Propriedade	1235
2.8 Princípio da Cooperação	1235
3. CLASSIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1237
3.1 Meio Ambiente Natural	1237
3.2 Meio Ambiente Artificial	1237
3.3 Meio Ambiente Cultural.....	1238
3.4 Meio Ambiente do Trabalho	1239
4. CONCEITO DE MEIO AMBIENTE.....	1239
5. MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	1240
6. DANO AMBIENTAL.....	1241
7. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS	1241

8. DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	1245
8.1 Zoneamento Ambiental	1246
8.2 Licenciamento Ambiental	1246
9. ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	1252
9.1 Áreas de preservação permanente	1253
9.2 Reserva Legal	1255
9.3 Unidades de Conservação	1257
10. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	1261
11. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL	1263

DIREITO EMPRESARIAL

1.TEORIA DA EMPRESA	1269
1.1 Origem e evolução histórica	1269
1.2 Empresário	1271
1.3 Empresário individual	1274
1.4 Microempreendedor individual e pequeno empresário.....	1280
1.5 Transformação do registro do empresário em sociedade empresária	1282
1.6 Incapaz ser sócio	1282
1.7 Empresário individual casado	1282
2.EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI	1283
2.1 Noções gerais	1283
2.2 Natureza jurídica e instituidor da EIRELI	1284
2.3 Pressupostos	1284
2.4 Responsabilidades da EIRELI e do instituidor	1285
2.5 Registro	1285
2.6 Nome empresarial	1286
2.7 Administrador	1286
2.8 Disposições gerais	1287
3. O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	1288
3.1 Noções gerais sobre o estabelecimento empresarial	1288
3.2 Trespasse.....	1289
3.3 Ponto empresarial.....	1292
3.4 Título do estabelecimento	1293
3.5 Nome empresarial	1294
4. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1297
4.1 Introdução.....	1297
4.2 Invenção e modelo de utilidade.....	1297
4.3 Desenho industrial	1301
4.4 Marca	1304

5. DIREITO SOCIETÁRIO	1308
5.1 Conceito e elementos da sociedade	1308
5.2 Classificações das sociedades empresariais.....	1310
5.3 Registro e personalidade jurídica.....	1312
5.4 Desconsideração da personalidade jurídica.....	1312
5.5 Sociedades não personificadas	1314
5.6 Sociedades personificadas	1314
6. TÍTULOS DE CRÉDITO	1371
6.1 Introdução.....	1371
6.2 Atributos dos títulos de crédito	1372
6.3 Classificação dos títulos de crédito.....	1372
6.4 Princípios dos títulos de crédito.....	1373
6.5 Letra de câmbio	1375
6.6 Nota promissória.....	1391
6.7 Cheque	1393
6.8 Duplicata	1402
7. DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO (LEI Nº 11.101/2005 – LRF).....	1409
7.1 Aplicação da lei	1410
7.2 Excluídos da lei 11.101/05	1410
7.3 Juízo competente.....	1410
7.4 Obrigações que não são exigíveis do devedor	1411
7.5 Órgãos auxiliares do juízo	1417
7.6 Recuperação judicial	1419
7.7 Convolução da recuperação judicial em falência	1429
7.8 Recuperação extrajudicial.....	1429
7.9 Falência	1432

ÉTICA PROFISSIONAL

1. DA LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994.....	1449
2. DIREITOS DO ADVOGADO	1455
3. DA INSCRIÇÃO NA OAB	1462
4. A SOCIEDADE DE ADVOGADOS.....	1466
5. DO ADVOGADO EMPREGADO	1468
6. HONORÁRIOS	1470

7. INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS NA ADVOCACIA	1473
8. PUBLICIDADE NA ADVOCACIA	1475
9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES	1477
10. A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	1487
10.1 O Conselho Federal	1489
10.2 O Conselho Seccional	1491
10.3 Subseção	1492
10.4 A caixa de assistência dos advogados	1493
10.5 Das eleições e dos mandatos	1494
10.6 O processo na OAB	1495
10.7 Tribunal de Ética e Disciplina	1497
10.8 O processo disciplinar	1497
11. RESOLUÇÃO Nº 02/2015.....	1498

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA	1511
1.1 Da família natural, da família extensa ou ampliada e da colocação em família substituta	1511
1.2 Do ato infracional.....	1523
1.3 Entidades e programas	1534
1.4 Do conselho tutelar.....	1534
1.5 Infrações administrativas.....	1537
1.6 Crimes	1538

DIREITOS HUMANOS

1. NOÇÕES GERAIS	1551
1.1. Conceito	1551
1.2. Classificação	1552
1.3. Especificidades	1553
1.4. Princípio da proporcionalidade.....	1555
1.5. Proteção do núcleo essencial.....	1556
2. A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	1556
2.1. Precedentes históricos.....	1556
2.2. Os três eixos de proteção.....	1557
2.3. Sistema global e sistemas regionais.....	1558

3. A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA GLOBAL (ONU)	1558
3.1. Carta internacional dos direitos humanos	1558
3.2. Principais convenções do sistema global	1565
4. A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA REGIONAL AMERICANO	1577
4.1. Convenção interamericana de direitos humanos	1578
4.2. Protocolo adicional à convenção americana sobre direitos humanos (“Protocolo de San Salvador”)	1587
5. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	1592
5.1. Controle de convencionalidade	1593
5.2. Federalização das violações de direitos humanos – incidente de deslocamento de competência	1593
5.3. Programas nacionais de direitos humanos	1594

FILOSOFIA DO DIREITO

1. FILOSOFIA DO DIREITO	1597
1.1. Das origens da filosofia em torno do homem e da sua relação com o outro	1597
1.2. Sócrates (470-399 A.C.)	1598
1.3. As leis para Sócrates	1599
1.4. Platão (427-347 A.C.)	1600
1.5. Platão e a Justiça	1601
1.6. Aristóteles (384-322 A.C.)	1601
1.7. A filosofia do direito – o tema da Justiça	1603
1.8. Por um conceito de Justiça	1604
1.9. Um sentido mais abrangente da ideia de Justiça	1610
1.10. Um significado lato de Justiça	1610
1.11. Um significado estrito de Justiça	1611
1.12. Quanto aos tipos de Justiça	1614
1.13. Quanto à Justiça social	1615
1.14. Quanto à Justiça distributiva	1615
1.15. Quanto à Justiça comutativa	1617
1.16. Quanto à Justiça universal	1619
1.17. Quanto à Justiça formal	1620
1.18. O princípio da equidade enquanto princípio importante para a filosofia do direito	1621
1.19. Quanto aos elementos do direito, da moral e da ética	1625
1.20. O direito, a moral e a ética sob a ótica do positivismo	1630
1.21. Quanto ao tema da interpretação do direito	1632
1.22. Um breve olhar sobre a hermenêutica filosófica	1637
1.23. Um estudo de caso: o contrato em J. Rawls e do contraponto de Habermas	1649